

ECONOMIA

economia@correiodoestado.com.br

SEM RECURSOS

Estado estuda cortar gastos para pagar o 13º

Somando encargos, folha custa R\$ 650 milhões

RENATA PRANDINI

A cinco meses do prazo final para o pagamento do 13º salário, e sem recurso provisionado, o governo do Estado já começa a estudar a possibilidade de cortar gastos. Conforme o secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, o Estado tem buscado fontes de receitas, mas não descarta novo ajuste das contas.

“O governo está buscando todas as alternativas possíveis para juntar esse dinheiro. A gente continua trabalhando com o posicionamento de parte da dívida do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] e vamos apertar o cerco das despesas. Ainda não sabemos mais onde vamos cortar, pois muitas áreas correm o risco de ter alguns problemas de eficiência, mas, neste momento, nós temos que administrar pensando no equilíbrio fiscal do Estado, que é uma prioridade”, destacou.

O comportamento das receitas e despesas do estado ainda está sendo contabilizado. Porém, até o segundo semestre, o déficit das contas públicas era de R\$ 273,7 milhões. Conforme último



DIVULGAÇÃO

ARRECADACÃO. Com recessão, estado busca equilibrar contas

relatório de gestão fiscal, boa parte das despesas registradas naquele período foi destinada para pagar folha de pagamento, que somou R\$ 6,739 bilhões no ano, contanto ativos (R\$ 4,6 bi) e inativos e pensionistas (R\$ 2,1 bilhões).

Conforme o secretário, atualmente a folha de pagamento dos servidores públicos estaduais gira em torno de R\$ 650 milhões ao mês, levando em consideração, além da folha em si, custos como previdência social, imposto de renda entre outros descontos legais.

Se somado ao pagamento de dezembro, o 13º salário pode gerar gasto de R\$ 1,2 bilhão nas contras públicas. “Hoje, nós não temos esse dinheiro.

Mas ainda temos quatro meses para tentar levantar”, destacou. O secretário garantiu que o estado não trabalha com a possibilidade de atraso ou parcelamento do benefício, mas que não descarta por completo a possibilidade. “Vamos trabalhar para que isso não ocorra. Para equacionar essa conta até o fim do ano. Agora, o cenário é muito complicado”, admitiu.

Um dos principais fatores que contribuiu para o cenário sombrio das finanças foi a queda na arrecadação do gás natural. Somente no mês passado, as perdas chegaram a R\$ 50 milhões.

RECEITA
Uma das medidas que pode

2 mil

DEMISSÕES
Este foi o volume estimado de servidores cortados desde 2014. Segundo a Segov, novas demissões estão descartadas

ajudar as contas públicas estaduais foi a possibilidade de parcelamento das dívidas do BNDES. Usada como moeda de troca pelo presidente Michel Temer para conseguir apoio de Estados, a maioria em situação financeira igual ou até pior que Mato Grosso do Sul, a medida proporcionou a redução de 50% das parcelas hoje pagas mensalmente pelo Estado. A expectativa é que a medida gere uma economia de R\$ 20 milhões somente neste ano, podendo chegar a R\$ 38 milhões até o ano que vem.

Paralelamente, não está encerrada a discussão em torno da Lei Kandir, que, ao conceder incentivos fiscais à produtos agropecuários exportados, derrubou a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos Estados. Mato Grosso do Sul, por exemplo, acumulou perda de R\$ 6 bilhões nos últimos 11 anos.

No último encontro com o presidente, Azambuja ouviu a promessa de revisão da lei de forma que os dois lados não fossem prejudicados. A expectativa é que os dois voltem a conversar na próxima semana. De acordo com Riedel, Estado vai sediar conferência do Brasil Central no dia 4. O encontro com Temer ainda não tem data definida.

FGTS INATIVO

Caixa ainda tem R\$ 2 mi disponíveis para saque

Na reta final da medida provisória do governo federal, cerca de dois mil trabalhadores ainda não sacaram o dinheiro disponível de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Segundo o último levantamento feito pela Caixa Econômica Federal em Mato Grosso do Sul, ainda estavam disponibilizados nas contas o equivalente a R\$ 2,6 milhões. Este montante, no entanto, pode ter reduzido ainda mais, conforme informou a assessoria do banco, já que os dados são da semana passada, dia 19.

Mesmo assim, a participação corresponde a de 99,9%. Quando iniciado o programa, por meio de medida provisória do governo federal, a estimativa da Caixa Econômica Federal era de liberar R\$ 564 milhões para Mato Grosso do Sul. Deste total, 561,4 milhões já tinham sido sacados até a semana passada.

O último balanço também apontou aumento expressivo na participação dos trabalhadores neste último mês de programa. Ao todo, a medida provisória beneficiou cerca de 537,2 mil trabalhadores no Estado, sendo que, deste total, somente dois mil ainda não haviam sacado o benefício até a semana passada.

Até o início de julho, antes da abertura da quinta e última etapa do programa, a estimativa era de que pouco mais de 100 mil trabalhadores ainda nao haviam sacado o benefício no Estado.

ÚLTIMOS DIAS
Para quem não sacou o benefício, restam somente dois dias úteis. O programa encerra-se

na segunda-feira, dia 31, e não haverá prorrogações. Ainda conforme o banco, caso o recurso não tenha sido sacado, ele retornará à conta do FGTS e só poderá ser sacado pelas regras normais do fundo, como casos de demissão, compra de imóveis, entre outros.

A medida provisória que autorizava o saque do FGTS foi iniciada em março. Na última etapa, destinada aos nascidos em dezembro, foram liberados R\$ 45,2 milhões para aproximadamente 42,8 mil trabalhadores.

ABONO SALARIAL
Enquanto a medida provisória chega perto do fim, a Caixa Econômica iniciou, ontem, o pagamento do abono salarial referente ao ano base-2016. Conforme informações do banco, ao todo, serão 22,1 milhões de beneficiários em todo o Brasil, o que corresponde à liberação de R\$ 15,7 bilhões em recursos em todo o País. Em Mato Grosso do Sul, informou a Superintendência da Caixa, são 287,6 mil beneficiários, o que corresponde a um total liberado de R\$ 197,6 milhões.

Os valores liberados variam de R\$ 79 a R\$ 937, dependendo do tempo de trabalho durante o ano de 2016. A primeira etapa é destinada aos nascidos no mês de julho. O abono é destinado aos trabalhadores inscritos no PIS ou Pasep há pelo menos cinco anos, que tenham trabalhado formalmente por pelo menos 30 dias em 2016, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos. **(RP)**

CONSTRUÇÃO CIVIL

Informalidade chega a 25% em MS

DANIELLA ARRUDA

Informalidade alcança 25% dos trabalhadores na construção civil em Mato Grosso do Sul. A projeção, que equivale a 10 mil pessoas num universo de 40 mil trabalhadores, só não é maior porque indicadores econômicos como inflação dentro da meta, reduções seguidas da taxa Selic (sinalizando queda dos juros até o fim do ano) e gradativa recuperação dos índices de confiança do empresário apontam para uma estabilização do setor no Estado, após dois anos seguidos de retração. Entre janeiro de 2015 e junho deste ano, a construção civil sul-mato-

grossense perdeu 2.079 postos de trabalho: foram 57.584 admissões e 59.663 desligamentos, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

No entanto, a não retomada de investimentos por parte do poder público preocupa o setor. “Há uma característica muito grande de informalidade no nosso mercado. Mas enquanto houver instabilidade política e jurídica, é muito difícil entabular uma base de crescimento. A meta já se fez, há um teto de gastos aprovado, aprovou-se a reforma trabalhista, mas não se alinha produtividade e eficiência com

instabilidade econômica. Se o custo da máquina pública permanecer como está e não houver investimento, não se recupera o setor. O governo não pode se limitar apenas a pagar funcionário, tem que fazer investimento”, alerta o presidente do Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção de Mato Grosso do Sul, Amarildo Melo, entidade que tem 297 empresas associadas no Estado. Em Mato Grosso do Sul, são ao todo 1.800 empresas atuando no ramo da construção.

Presidente do Sindicato da Habitação do Estado (Secovi-MS), Marcos Augusto Netto aposta numa redução da margem de informalidade

da construção civil a partir do ano que vem em decorrência de uma outra situação de mercado — a entrada em vigor das novas regras para o programa Minha Casa, Minha Vida. “Pelo MCMV, só poderá vender (imóveis) quem tiver CNPJ”, explicou. Pela normatização, que entrou em vigor em novembro do ano passado, pessoas físicas podem participar do programa desde que as unidades habitacionais sejam vendidas até 31 de dezembro de 2018.

QUALIFICAÇÃO
Outro gargalo do setor, a falta de qualificação, começa a ser combatido neste ano por meio



PAULO RIBAS

CORTES. Neste ano, setor da construção fechou 463 empregos

da oferta de cursos na Escola Senai da Construção, inaugurada ontem em Campo Grande. Com 2.100 vagas em 81 cursos, 70% deles gratuitos, o espaço fica situado no cruzamento da Avenida Rachid Neder com a Rua Caxias do Sul, no Bairro Coronel Antonino e vai oferecer no primeiro ano de funcionamento cursos de pedreiro,

armador, carpinteiro, pintor, encanador, gesseiro, técnico em edificações, tecnólogo em construção, técnico em móveis, marceneiro, desenhista em CAD e técnico em segurança do trabalho, nos períodos matutino, vespertino e noturno. O foco de atendimento é a indústria da construção e o setor moveleiro.

INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 27 de julho de 2017

UNIDADES FISCAIS				
Em R\$				
UFERSMS (julho/agosto)	24,23			
UAM/MS (julho)	3,5134			
UFIR (Out 00)	1,0641			

INFLAÇÃO						
Fonte: FOLHA						
Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente						
ÍNDICES	MAR	ABR	MAI	JUN	12M.	
IPC do BGE (%)	0,25	0,14	0,31	-0,23	9,32	
INPC (BGE) (%)	0,32	0,08	0,36	-0,30	9,82	
IGP-MFGV (%)	0,01	-1,10	-0,93	-0,67	3,3678	
IGP-DVEGV (%)	-0,38	-1,24	-0,51	-0,96	11,26	
IPC/FPE (%)	0,14	0,61	-0,05	0,05	9,98	
IPC (C GDE) (%)	-0,32	0,31	0,10	-	3,78	

POUPANÇA			
ANTIGA POUPANÇA (Dep. feitos até 03/05/2012)			
28/7 = 0,5857			
NOVA POUPANÇA (Dep. feitos a partir de 04/05/12)			
28/7 = 0,5857			

CÂMBIO			
Em R\$			
Moeda	Compra	Venda	
DÓLAR COMERCIAL	3,154	3,156	
DÓLAR TURISMO (BB)	3,140	3,310	
DÓLAR PARALELO	3,1507	3,1513	

SALÁRIO MÍNIMO	
Janeiro/2017	
R\$ 937	
ALUGUEL	
Reajustes de aluguel e outros contratos	
Acumulado % até julho(*) ____ até agosto(*)	
Índices Trim. Quad. Sem. Anual Trim. Quad. Sem. Anual	
FPE - 0,45 0,99 - 2,27 5,38 - 0,54 0,79 - 2,08 5,49	
IGP-DI -1,63 -1,19 - 1,13 5,05 -1,12 -1,57 - 0,34 4,63	
IGP-M -1,48 -0,70 - 1,34 5,32 -1,61 -1,74 - 0,68 4,89	
INPC - 0,99 1,78 - 3,27 6,33 - 0,57 1,17 - 2,80 6,35	
*Acumulado até julho reajusta aluguéis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.	

INSS	
Contribuição à Previdência Social	
Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2017.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.659,38	8
De 1.659,39 até 2.765,66	9
De 2.765,67 até 5.531,31	11
Portaria interministerial MPS/MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017	

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
937,00	5*
937,00	11**
880,00 até 5.189,82	20
* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo ou que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência - Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011	
** Plano simplificado - Lei complementar 123, de 14/12/2006.	

AGROPECUÁRIO		
Fechamento: 27 de julho de 2017		
Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	15,50	15,50
Soja (60 kg)	53,00	57,00
Algodão (arroba)	32,00	32,00
Bovinos		
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	118,00	118,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	108,00	108,00